

Prefácio

Pensar a equidade em Educação Física surge como claramente inovador – como se procura focar neste trabalho - num campo ligado ao desenvolvimento do corpo, à sua expansão, em que a visibilidade do biológico, em sentido clássico, parece fortalecer os sentidos comuns de que há uma razão “natural” que justifica que as actividades e os percursos de mulheres e homens sejam diferenciados socialmente. Este carácter inovador afirma-se precisamente por focar o corpo humano, não cingido a uma explicação biológica, mas como uma construção social também, articulado com a realidade socio-histórica e as relações de poder que a atravessam. Como se salienta a dado passo: “Podemos ver nos valores que o corpo encarna a expressão de uma dada realidade cultural, de um determinado contexto e momento social” (p. 22). É através desta perspectiva que as autoras deste trabalho mostram como estes corpos, que estão no centro das preocupações da Educação Física, têm sido tratados de forma diferente e desigual, consoante são corpos masculinos para os quais se destina uma preparação que permita cruzar o “espaço público” na sua diversidade e no exercício de poderes vários, e de corpos femininos condicionados sobretudo (e ainda) por uma domesticidade subordinada.

Daqui a preocupação de mobilizar uma Educação Física para a questão da equidade, e parece aqui relevante focar a escolha deste conceito, e não o de igualdade de oportunidades, hoje em dia uma referência orientadora frequente nos discursos educativos.

Uma das acentuações do Estado democrático, e uma das suas bases de legitimação, tem sido sublinhar a centralidade da igualdade de oportunidades como princípio orientador da construção das suas políticas, incluindo as relativas ao campo educativo e escolar. E se, nas formulações de um Talcott Parsons, podemos reconhecer que estamos perante um conceito que revela uma crença optimista e ingénua no poder da educação escolar na base de uma igualdade de oportunidades de acesso, já num outro autor do final da década de 1960, James Coleman, é acentuada a importância da estrutura de classes no condicionamento que traz à sua realização e a necessidade de se reflectir sobre os efeitos da educação escolar à luz deste enquadramento. Os estruturalistas europeus, logo a seguir, e contrariamente aos colegas americanos, acentuaram o carácter ilusório do princípio de igualdade de oportunidades, enfatizando antes as dinâmicas de reprodução social e cultural nas sociedades modernas capitalistas. A poderosa e, por vezes, subtil acção dos sistemas simbólicos na lógica da reprodução cultural das perspectivas e orientações dominantes, elimina, no entender de especialistas, como Pierre Bourdieu e Basil Bernstein, possíveis efeitos de uma educação escolar na concretização de uma igualdade de oportunidades.

As correntes do movimento feminista e dos estudos sobre as mulheres trouxeram contributos para repensar esta questão, e fizeram-no sobretudo em torno da centralidade da autonomia e emancipação, salientando como as mulheres se encontram, como grupo de género, em situações de menor poder e de discriminação em relação aos pares masculinos. Encontramos, aqui, várias perspectivas. Se há quem analise o Estado como actuando numa lógica de dominação masculina – como Catherine MacKinnon – daí se deduzindo que, na escola pública, as mesmas lógicas estarão presentes, não havendo espaço para uma autonomia relativa em relação a relações dominantes masculinas, outras análises, nas suas várias vertentes, admitem que formas de igualdade de oportunidades têm permitido às raparigas acesso a níveis de educação escolar claramente distintos das gerações anteriores, e maiores oportunidades de realização da sua autonomia e da sua contribuição para o devir e mudança sociais. Madeleine Arnot, Miriam David e Gaby Weiner, numa

das suas recentes publicações *Closing the Gender Gap – postwar education and social change* (1999), focam a expansão do sistema educativo que permitiu a muitas mulheres distanciar-se dos “limites estreitos da domesticidade” (p.viii) e acentuam como a mudança educativa constituiu “um motor para a transformação no campo das relações de género” (ibidem).

Para estas autoras, há uma igualdade de oportunidades, aliada às orientações feministas pela importância da autonomia e valorização das mulheres, que pôde ser traduzida na diminuição da distância entre os dois géneros, a nível de resultados escolares, anotando também como a classe social continua a influenciá-los. Numa perspectiva de que uma autonomia e emancipação tem vindo a ser apenas parcialmente atingidas, tem sido salientado como é necessário repensar a educação escolar em termos de uma equidade, no sentido em que se valorizem os percursos e as experiências de ambos os géneros, e não somente, como tem sido habitual, a construção da vida escolar segundo a norma masculina.

É precisamente em torno da equidade entre os géneros que as autoras, Paula Botelho Gomes, Paula Silva e Paula Queirós, situam a sua análise e intervenção que, como dizem “leva-nos mais longe” que igualdade de oportunidades de acesso, porque “[equidade] comporta outras implicações. Envolve a capacidade de ajuizar se uma situação particular é justa; implica a consciência de que respeitar apenas um conjunto de leis ou de regras pode não ser suficiente para assegurar a justiça, o respeito pelas características únicas de cada sujeito” (p. 42). Através deste conceito, procura-se, de alguma forma, ultrapassar a dicotomia entre as questões de igualdade e diferença que têm polarizado muitos debates no contexto do movimento feminista e dos grupos de estudo sobre as mulheres e do género, e numa outra formulação, entre a “ética da justiça” e a “ética do cuidado”, também estas com tendência para serem percecionadas de acordo com linhas de género diferenciadas. Ruth Lister, no seu estudo *Citizenship – feminist perspectives* (1997) sustenta que “igualdade e diferença são (...) melhor compreendidas como simultaneamente incomensuráveis e complementares em vez de antagónicas” (1997:96).

Este trabalho, aqui apresentado, é, pois, inovador por desenvolver uma análise e propostas de intervenção no campo da Educação Física, analisando as diferenças e desvantagens entre os dois géneros e procurando alicerçar uma postura no campo educativo em torno, precisamente, de uma equidade. Sem posturas ingénuas que ocultem as relações de poder, vemos as autoras salientar como orientação para uma intervenção na Educação Física, tanto na formação de docentes como na que pode oferecer a crianças e jovens “a convergência de dois aspectos: o exercício do poder e a equidade de género”, sendo “a educação física e o desporto na escola também oportunidades para este exercício de cidadania” (p. 21).

Situam assim a Educação Física numa perspectiva que não se limita, como referem, apenas a ensinar jogos e desportos e a manter os alunos “happy, busy and good” (p. 38), mas no âmbito de uma escola co-educativa, em que a diversidade cultural e o atender à especificidade de cada grupo social, incluindo os de género, são preocupações centrais:

A Educação Física precisa de reorganizar (os seus objectivos) em torno de cada aluno e de cada aluna enquanto identidades irrepetíveis, plenas de potencialidades, respeitando e valorizando as diferenças (o que aponta) para um novo contrato didáctico (p. 34).

Neste sentido, oferecem uma análise de concepções que são transmitidas subtil e subrepticamente através do currículo oculto, que também constitui um processo actuante no campo da Educação Física, e que contribui para a transmissão de estereótipos de género. Através da sua clarificação, advoga-se uma “aprendizagem do desaprender” (p. 43), citando Alberto Caeiro, desta transmis-

são cultural dominante, e o desenvolvimento de uma pedagogia da diferença “que aceita a diversidade de tratamento para assegurar a justiça” (p.47). O trabalho inclui também propostas metodológicas para a observação de atitudes por parte de quem quer de docentes quer de discentes e que também permitam uma análise de interações sociais no espaço escolar a essa luz.

Com o trabalho aqui apresentado, as autoras contribuem decididamente para um repensar da Educação Física e do Desporto a uma luz muito pouco trabalhada entre nós, constituindo uma leitura e pistas para uma reflexão estimulante para o aprofundamento da construção de uma escola co-educativa.

Helena Costa Araújo

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação/Universidade do Porto e APEM